

Sem interesses diretos, Itamarati só acompanha

O Itamarati está aguardando a conclusão do regimento interno que vai definir as funções da Constituinte para então montar seu esquema de trabalho preferencialmente vinculado às comissões de Relações Exteriores das duas casas do Congresso. "E que agora, haverá maior parcela de poder que havia antes no Legislativo", raciocina um diplomata envolvido com a atividade parlamentar.

Ao contrário de outros ministérios, o Itamarati não tem nenhum interesse específico em jogo na Constituinte. Nem mesmo o rompimento com a África do Sul, defendido num documento firmado por trezentos políticos, recebeu parecer do Ministério das Relações Exteriores. A proposta entregue ao chanceler Abreu Sodré, na semana passada, foi encaminhada ao presidente José Sarney.

A política externa brasileira é ditada pelo Presidente da República, mas há uma forte expectativa de que o Congresso venha a ter maior participação nos assuntos exter-

nos, já que o País encontra-se em um processo democrático. Uma das queixas dos parlamentares se refere exatamente à falta de autonomia do Congresso em assuntos internacionais. Apenas o Senado Federal tem atribuição de julgar os embaixadores indicados pelo Presidente para os postos no exterior. Os deputados gostariam que esse direito fosse também estendido à Câmara.

Outra questão de relevante importância sobre a presença do Brasil no mundo são os compromissos assumidos pelo País em assuntos internacionais. Pela atual Constituição, o Congresso se limita a aprovar os atos do Executivo que não precisa submetê-los previamente a consideração do Poder Legislativo. Significativa parcela dos constituintes acha que deveriam opinar a respeito dos acordos internacionais antes de sua assinatura pelo Governo.

Apesar dessas restrições, a política externa brasileira foi, talvez, "a única reza que teve consenso nos últimos vinte anos", observa o chefe da Secretaria de Relações

com o Congresso, embaixador Afonso Celso de Ouro Preto. Ministro de segunda classe, Ouro Preto foi nomeado há um mês para o cargo, depois de ter sido comissionado embaixador do Brasil na Guiné-Bissau, até 83, e ter cursado, ano passado, a Escola Superior de Guerra.

O setor diplomático encarregado de acompanhar a atividade parlamentar é composto por apenas três diplomatas: o chefe e mais dois assessores. Do chanceler Abreu Sodré, receberam a recomendação expressa para prestar todos esclarecimentos que forem solicitados pelos constituintes.

Além disso, os diplomatas se empenharão para desgavetar tratados e acordos internacionais que estão pendentes no Congresso. Um deles é a Convenção do Direito do Mar, que já foi ratificada pela maioria dos países signatários.

Apesar de não querer fazer nenhuma espécie de "lobby", como garantiu o chanceler Abreu Sodré, o Itamarati vai pleitear maior espaço no Congresso.